

A FENOMENOLOGIA DA MEMÓRIA E O “HOMEM CAPAZ” DO JORNALISMO

The phenomenology of memory and the “capable human being” of journalism

Marcia Benetti*
Camila Freitas**

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão teórica sobre como o jornalismo usa e agencia a memória em suas práticas narrativas. Trabalhamos com a fenomenologia da memória, que permite elucidar a evocação do passado na atualidade, e com o conceito de *homem capaz* (*Homo Capax*) de Paul Ricoeur (2007, 2014), que possibilita problematizar o sujeito por meio de suas ações e de sua ética. Retomamos as potencialidades do *homem capaz*, as aproximamos das competências desejáveis do jornalista e, finalmente, propomos a definição de *homem capaz* do jornalismo, que, em nossa concepção, deve estar apto a: 1) identificar acontecimentos notáveis; 2) reconhecer e narrar a alteridade; 3) narrar e interpretar os acontecimentos, evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e inscrever o homem em seu tempo; 4) hierarquizar, organizar e disponibilizar informações para o futuro, e 5) construir memória.

Palavras-chave: Jornalismo. Memória. Fenomenologia. *Homem capaz*. Discurso.

* Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo da UFRGS/CNPq, pesquisadora do CNPq. *E-mail:* marcia.benetti@gmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo pela UFRGS/CNPq. *E-mail:* freitas.csiqueira@gmail.com

Revisão técnica: as autoras.

Data da submissão: 18/outubro/2015.

Data da aprovação: 18/novembro/2015.

ABSTRACT

In a theoretical reflection, the aim of this paper is to discuss how journalism uses and negotiates memory in its narrative practices. We approach the phenomenology of memory, which allows to elucidate the evocation of the past in current days, and Paul Ricoeur's (2007, 2014) concept of “capable human being” (Homo Capax), that discusses the subject through his actions and his ethics. We resume the capable human being's potentialities, approximate them to the journalist desirable skills and, finally, we propose the definition of the *capable human being of journalism*. In our perspective, he or she may be able to: 1) recognize notable events; 2) recognize and narrate the otherness; 3) report and read the events, highlight the diversity of social discourses and insert the man in his times; 4) rank, organize and provide information to the future, and 5) create memory.

Keywords: Journalism. Memory. Phenomenology. *Capable human being*. Discourse.

1 Introdução

O jornalismo e a história são gêneros de discurso que contam as experiências dos sujeitos, os grandes e os pequenos acontecimentos, a vida cotidiana, as relações que estruturam o poder e a vivência do homem em sua temporalidade. O tempo é justamente um dos elementos que distinguem as duas disciplinas: enquanto o jornalismo trabalha com a atualidade, a história trabalha com o passado. O jornalismo narra o presente, relata a história em processo e o faz fragmentadamente, que é o único modo possível de apreender o que está em movimento. Ainda que não seja seu objetivo, o jornalismo pode acabar influenciando o curso dos acontecimentos que relata. Já a história não pode alterar os acontecimentos passados, embora possa modificar a interpretação que se tem deles:

O jornalista tem como tarefa a observação do notável num mundo em perpétua mudança. Tenta compreendê-lo e explicá-lo. Move-se por definição no provisório e, mesmo sem que o procure, pode acontecer que sua informação tenha por efeito influir no curso dos acontecimentos. A tarefa do historiador é estabelecer, conservar e interpretar um passado que resta aberto a novas apreensões, mas que está por definição estabilizado quanto à produção de factos e acontecimentos. Em cada geração, a leitura da história pode por isso transformar-se em função dos interesses do momento, das hipóteses de investigação, mas não a própria história. (CORNU, 1994, p. 331-332).

Há, certamente, outros aspectos a considerar nessa relação disciplinar, como as propriedades do acontecimento, a compreensão sobre o que seja conhecimento verdadeiro e a importância da testemunha e do documento (BARBOSA, 2005; CHARTIER, 2009; CORNU, 1994; PONTES; SILVA, 2010). Neste texto vamos nos dedicar ao tema *memória*.

Tanto o jornalismo quanto a história operam na construção da memória, essa rede difusa e sempre aberta de informações constituída por documentos e lembranças. A relação entre memória e jornalismo tem merecido a atenção de diversos pesquisadores¹ brasileiros, sendo a maior parte dos trabalhos orientada à construção de uma memória do jornalismo e de uma história da mídia (BRAGANÇA; MOREIRA, 2004; KLÖCKNER; PRATA, 2009; MATHEUS; SACRAMENTO, 2014; RIBEIRO; FERREIRA, 2007; RIBEIRO; BARBOSA, 2011).

Esses estudos afirmam a importância de debater a confluência entre jornalismo e memória. Neste artigo, vamos tratar do papel do jornalista na construção da memória a partir de uma noção que problematiza o sujeito por meio de sua ação e de sua ética: o conceito de *homem capaz*.

A fim de compreender de que forma a prática jornalística mantém vivo o passado, é preciso considerar não apenas o entendimento temporal, mas também a própria questão narrativa. A dicotomia do passado e do presente é bem-apresentada por Arendt (2007), que expõe a dinâmica temporal do pensamento a partir da interpretação da “Parábola de Kafka”. Para Arendt, o confronto entre o passado e o futuro tem implicações diretas no espírito pensante, que Kafka denomina “Ele”. No embate entre forças antagônicas, o “Ele” é impulsionado para frente, a fim de colidir com aquilo que ainda é novo, mas concomitantemente é empurrado para trás, regressando às memórias antigas. Esse movimento reflexivo e contrastante, além de dar luz à problemática que afeta o entendimento da atualidade, permite um paralelo com a construção da temporalidade sob a ótica agostiniana – que é importante para nosso texto e que retomaremos adiante.

Ao considerar a tríplice do presente absoluto – das coisas passadas, das coisas presentes e das coisas futuras –, já no século IV, Santo Agostinho (1981) justifica que o homem é um ser temporal e finito, uma vez que fala, reflete e age *no tempo*. Assim, o tempo só existiria no espírito do homem. Nesse contexto, o duplo movimento – em direção ao futuro e em direção ao passado – orienta a atividade mnemônica, levando em conta a possibilidade tanto de preservar a memória quanto de se posicionar à espera

¹ Entre as temáticas pesquisadas, podemos citar brevemente a rememoração da imprensa (BARBOSA, 2007, 2010; HOHLFELDT; BUCKUP, 2002; RIBEIRO, 2006; RÜDIGER, 1993; WAINBERG, 1997), a história da televisão brasileira (MATTOS, 2002; RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010), a memória radiofônica (HAUSSEN, 2001; FERRARETTO, 2012) e a memória digital (PALACIOS, 2003, 2014).

do futuro, que deve ser compreendido como fluido, aberto e construtível, mesmo quando seus elementos constituintes estão ligados à reminiscência.

A narrativa é um modo de resgate dos acontecimentos transcorridos, e o discurso jornalístico assume um lugar diferenciado, entre todos os discursos, devido ao seu estatuto de compromisso com a verdade. A relação entre memória e jornalismo apresenta uma responsabilidade de duas ordens – ora com a noção de real, ora com o conhecimento histórico. O compromisso com o real apontará à verossimilhança a partir do entendimento mimético apoiado no discurso realista, e o compromisso com o conhecimento histórico guiará as questões da memória coletiva, que estão atreladas às heranças e às formas de conferir sentidos ao que ocorre na atualidade.

Para fazer uma reflexão teórica sobre como o jornalismo usa e agencia a memória, vamos tratar da fenomenologia da memória, que permite elucidar a evocação do passado na atualidade, e vamos tratar do *homem capaz* de Ricoeur (2007, 2014). Compreendendo a responsabilidade do *homem capaz* na instituição da memória, faremos uma aproximação das habilidades desse sujeito com as competências desejadas ao jornalista.

2 A fenomenologia da memória

Ricoeur (2007) estrutura a fenomenologia da memória a partir de duas questões iniciais: “de que há lembrança?” e “de quem é a memória?” Nesse movimento, ele faz uma dissociação entre imaginação e memória, uma vez que considera a intenção da imaginação direcionada ao campo do fantástico, do irreal ou da ficção, enquanto posiciona a memória “voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado como tal’”. (RICOEUR, 2007, p. 26). Há, então, uma primeira consideração teórica importante: a memória é distinta da imaginação.

Toda lembrança é dotada de temporalidade, portanto pertencer a um tempo é deixar-se medir pela existência desse mesmo tempo. Ricoeur (2007, p. 35) justifica: “É percebendo o movimento que percebemos o tempo; mas o tempo só é percebido como diferente do movimento quando nós o determinamos, isto é, quando podemos distinguir dois instantes, um como anterior, o outro como posterior.”

Por conseguinte, a recordação recai sobre uma busca ativa no espaço temporal transcorrido, que percorre a impressão original e retorna ao tempo em que aquela impressão se fez notável. Tal ação sugere que as reminiscências se formam quando uma mudança ocorre após outra. Essa atividade reflexiva remete à capacidade de selecionar um ponto de partida

– em meio à rede de lembranças de um indivíduo ou de uma sociedade, por exemplo –, a fim de iniciar o percurso da recordação.

No jornalismo, a notabilidade é um atributo essencial aos fatos, que evidentemente depende da capacidade do jornalista de percebê-la ou não. Essa percepção – sobre o que é mais notável ou menos notável – deriva, em parte, dos valores morais pessoais do jornalista que orientarão sua ética e, em grande parte, dos valores compartilhados pela comunidade profissional (ZELIZER, 2000). Assim, a *potencialidade de buscar* é um predicado do explorador do passado, que aqui será compreendido como *o sujeito capaz de identificar acontecimentos notáveis*.

Nossa tendência é associar a identificação da notabilidade apenas à decisão editorial de publicar algo ou não, mas o jornalismo é muito mais do que isso. A competência de que estamos falando é acionada, por exemplo, quando o jornalista entrevista uma testemunha de determinado acontecimento e a ajuda a fazer o *percurso da recordação* para extrair informações relevantes para sua história. É uma competência acionada também quando o jornalista está tratando de acontecimentos de longa duração, que exigem o acompanhamento de seus inúmeros desdobramentos, às vezes, ao longo de anos – como no caso do assassinato brutal de uma criança e as posteriores investigações, detenções, denúncias, reviravoltas, julgamentos e muitas vezes a vida dos condenados na prisão. A cada novo episódio, o jornalista é instado a reconhecer os índices de notabilidade do fato novo sob um ângulo que diz o que deve ser retomado e como deve ser atualizado o acontecimento inicial. O presente das coisas presentes, nesse tipo de acontecimento, é indissociável do presente das coisas passadas, e a narrativa jornalística deve evidenciar essa relação temporal.

Sabe-se, porém, que o processo de rememoração é seletivo e apresenta recortes ou lapsos de tempo, uma vez que não se consegue mostrar tudo que ocorreu sem intervalos. Desse modo, as partes podem orientar a compreensão do todo e, conseqüentemente, ampliar os campos interpretativos – atravessando os limites da realidade e repousando na invenção. Os indivíduos se lembram de ações rotineiras, de experiências coletivas e daquilo que foi aprendido ou vivenciado em uma situação particular – como traumas de guerra e celebrações tradicionais. No entanto, o emaranhado mnemônico trava uma luta inquietante contra o esquecimento, considerando o caráter efêmero do tempo e a aceleração da história. Não é por acaso que Nora (1993, p. 7) refere-se à história como “momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta, ainda, memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua [da memória] encarnação”.

Esse embate com o esquecimento faz com que as pessoas construam e mantenham arquivos. Por isso, é preciso deixar registros, a fim de proporcionar um conhecimento, uma reflexão, uma crítica, um reconhecimento das vivências passadas e, conseqüentemente, da história. O jornalismo é um grande arquivo da história do homem, e o jornalista constrói esse arquivo ao organizar as informações que estarão disponíveis no futuro. Cada vez mais, as potencialidades de *hierarquizar* e *organizar* são predicados exigidos do jornalista na arquitetura da informação, e o jornalista, aqui, será compreendido como *um sujeito capaz de hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro*.

Quando se fala em lugar de recordação, compreende-se não só a inscrição temporal, mas também a identificação de uma lembrança associada a um espaço, vínculo que origina a problemática da localização e da datação. É nesse nível que surgem os lugares de memória,² ou seja, os elementos por meio dos quais a memória atua. Eles se organizam em duas ordens de realidade – simbólica (que carrega uma história) e tangível (imbuída nas linguagens, nas tradições e nos espaços). “É verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. (NORA, 1993, p. 22).

Diante do caráter efêmero do tempo, na narrativa jornalística, os acontecimentos trazidos ao presente são compreendidos como fatos ligados a um universo real, atestando que determinado evento deve ter ocorrido de uma maneira e não de outra, na forma de uma memória verificável. Selecionados pelos jornalistas – na posição de exploradores do passado –, os acontecimentos são movidos do estágio da percepção para o estágio do reconhecimento de seu estatuto, no qual, necessariamente, adquirem caráter verossímil e encontram, no discurso jornalístico, um lugar de recordação. Esse percurso se estende por “todos os graus da rememoração tácita à memória declarativa, mais uma vez pronta para a narração”. (RICOEUR, 2007, p. 57).

O jornalismo, preso à temporalidade, necessita imprimir datas, mostrar a urgência do agora, visitar o passado e fornecer a sensação de que é possível ordenar o caos do futuro. Em meio ao desafio de compreender a realidade e a dinâmica dos acontecimentos, a narrativa jornalística é um lugar de

² Três sentidos são dados à expressão: material, simbólica e funcional. “O primeiro fixa os lugares de memória em realidades que considerariamos inteiramente dadas e manejáveis; o segundo é obra da imaginação e garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; o terceiro leva ao ritual que, no entanto, a história tende a destituir, como se vê com os acontecimentos fundadores ou com os acontecimentos espetaculares, e com os lugares refúgios e outros santuários.” (RICOEUR, 2007, p. 416).

memória. Grandes acontecimentos narrados pelo jornalismo causam impacto, geram consequências, marcam os sujeitos emocionalmente e registram, em suas memórias, onde eles estavam, com quem compartilharam a experiência daquele momento e o que sentiram.

Assim, 1995 é, para os norte-americanos e para boa parte do mundo, o ano do atentado terrorista de Oklahoma, e 2001 é o ano do atentado às torres gêmeas de Nova York – esse acontecimento foi tão importante, no aspecto inaugural de um novo tipo de terrorismo, que acabou sendo resumido ao “11 de Setembro”, hoje uma data carregada de alto poder de significação. No Brasil, 1985 foi o ano da agonia e da morte do presidente Tancredo Neves, assim como 1992 foi o ano do processo de *impeachment* e da renúncia do presidente Fernando Collor de Mello – ambos fatos amplamente cobertos pelo jornalismo, construídos diariamente e com desenlaces dramáticos. (BENETTI, 2010, p. 156, grifo nosso).

O acontecimento mostra que a necessidade de memória é uma necessidade da história. É na tessitura da narrativa que são mantidas tanto a memória pessoal quanto a coletiva, dois aspectos que retomam a questão inicial: “De quem é a memória?”.

Para Halbwachs (2006), *cada memória individual é um ponto de vista referente à memória coletiva*. O ponto focal sofre influência da posição do sujeito e é mutável frente ao lugar ocupado por ele. Consequentemente, esse lugar também é passível de alteração de acordo com as relações que o sujeito mantém com os grupos sociais, renovando as lembranças.

Ao tratar da fenomenologia da memória, identificam-se três sujeitos de atribuição de lembrança: o *eu*, o *outro* e os *próximos*.³ O *eu* se refere à memória individual, enquanto o *outro* está direcionado à memória coletiva e pública das comunidades às quais se pode pertencer. Já os *próximos* são aqueles que irão julgar, aprovar, desaprovar ou atestar os feitos do *eu* e do *outro*. Os *próximos* pertencem a uma geração posterior e irão recorrer à memória do passado para compreender seu próprio tempo.

³ A compreensão da tríade dá-se pela hermenêutica com vistas à alteridade. Segundo Ricoeur (2007, p. 138), é no cerne da realidade social que “se inscreve a participação de sujeitos capazes de designar a si mesmos como sendo, em diferentes graus de consciência refletida, os autores de seus atos”.

3 O homem capaz

A concepção de *homem capaz* (*Homo Capax*) é explorada por Ricoeur em 1990 [2014], quando publica *O si-mesmo como outro*, e retomada em 2004 no livro *Percurso do reconhecimento*. Para Ricoeur (2006, 2014), além de produtor de discursos, o homem é um sujeito dotado de potencialidades: as capacidades de 1) falar; 2) agir; 3) narrar; 4) imputar responsabilidade; e 5) reconhecer a si e ao outro.

Fundamentado na *práxis*, o conceito de *homem capaz* diz respeito ao agir humano e está organizado em torno de dois eixos: a legalidade e o bem. A legalidade se refere às regras e às leis que condicionam o ideal de justiça social, e o bem diz respeito à finalidade do sujeito que aspira ao bem comum ou à vida boa, questionando a doxa e as tradições. Esse entendimento vai ao encontro do que Ricoeur (2014) denomina de pequena ética – que guia o agir, considerando a busca pela justiça e pelo bem social.

Os fundamentos da pequena ética ricoeuriana se articulam entre a noção ética aristotélica e a moral kantiana. A pequena ética é composta pela tríade: a) perspectiva ética, b) norma moral, e c) sabedoria prática. O filósofo reconhece, nos desdobramentos desse conceito, que tanto a ética quanto a moral são compreendidas como costumes, mas salienta uma diferenciação entre elas, direcionando a noção ética ao que é estimado como bom, e moral como uma conduta que se tem como obrigatória ao sujeito. No que diz respeito à sabedoria prática, percebe-se a capacidade de o sujeito adaptar seu comportamento conforme a necessidade latente. Sabe-se, porém, que esse sujeito não é completamente livre, e que suas ações são moldadas por regras, tendo em vista a justiça e a reciprocidade. É importante notar que Ricoeur, ao tratar da pequena ética, articula as ações morais aos valores, aos costumes e às tradições passadas que podem (ou não) ser ressignificadas a fim de ter uma vida boa.

Indo além, é preciso observar que o viver bem ultrapassa as relações entre pessoas, ampliando a necessidade de dar uma vida boa às instituições – considerando a igualdade, a justiça e o percurso ético. Destacando o caráter social, as instituições compõem as estruturas do viver em grupo, em determinado momento social e histórico, pleno de sentidos.

Na instituição e por meio dos processos de distribuição, a intenção ética estende-se a todos os que o face-a-face deixa fora a título de terceiros. Assim forma-se a categoria do cada um [...]. A justiça consiste, precisamente, em atribuir a cada um a sua parte. O cada um é o destinatário de uma partilha justa. (RICOEUR, 1995, p. 164).

Desse modo, é possível considerar que o desejo de vida boa, tanto nas instituições quanto no cotidiano interpessoal, é permeado pela ética e pelo sentido de justiça, os quais vão agir ante os conflitos sociais, a fim de que se legitimem a legalidade, o bem, o respeito e, ainda, de que as normas para o viver bem e em conjunto sejam cumpridas.

Fazendo um paralelo com o jornalismo, compreende-se que uma das exigências feitas ao jornalista diz respeito ao compromisso com a verdade ao relatar os fatos (CORNU, 1994; KARAM, 1997). Nesse processo, não se admite manipulação ou omissão de informações que sejam de interesse público. É necessário que esse profissional realize uma apuração aprofundada e precisa dos acontecimentos e que se comprometa a divulgar os fatos de forma correta e precisa, uma vez que a verdade é um direito público (KARAM, 2004).

Essa conduta orientada à transparência e ao direito de verdade tem como premissa a ética no jornalismo. O jornalista integra uma sociedade coordenada por regras, que influenciam no seu agir e lhe conferem deveres sociais e profissionais.

Entende-se, ainda, que o agir do jornalista é instigado pelo poder, ou seja, pela potencialidade do fazer, capacidade que permite que o sujeito tome decisões, iniciativas e manifeste, por meio de seu discurso, a autoridade e a relevância de sua ação.

Há aqui outra consideração relevante: ao atestar a si próprio o poder de agir socialmente, seja identificando, hierarquizando ou narrando os acontecimentos, o jornalista se posiciona como autoridade em relação ao seu discurso e, por conseguinte, descobre-se como autor de seus atos. Assim, é preciso dizer que o jornalista é um sujeito capaz de imputar responsabilidade a si mesmo e de responder, em face do desejo ético, por suas ações e intenções. No entanto, se sabe que o homem é um sujeito falível, e que essa condição o torna vulnerável, fazendo com que ele, eventualmente, fira a moral e a ética.

Estabelecendo uma relação com a pequena ética, é como *homem capaz* que o jornalista deve buscar se distanciar da falibilidade, visando à sabedoria prática, à moral, ao percurso ético, à alteridade, ao respeito e à justiça. É nesse sentido que o agir do jornalista deve expressar em seu discurso a recusa, por exemplo, à injustiça, à vingança, à desigualdade, à mentira e à censura. Assim, a ética não é só um processo no jornalismo, mas uma condição que molda a identidade do jornalista.

Esse sujeito potencial tem a *alteridade como premissa de suas ações*, para além da ética, estabelecendo um vínculo íntimo com o *outro*, a fim de pensar sobre si mesmo, para identificar semelhanças e diferenças, ser tolerante e revisar seu comportamento e sua existência. O reconhecimento

de *si* e do *outro* – uma das potências do sujeito – promove a noção de identidade pessoal e coletiva, que deve ser instigada e projetada à frente do tempo presente. É preciso revisitar o passado e trazer as reminiscências à atualidade, para que seja possível fazer interpretações e realizar mudanças na sociedade atual.

Na aproximação das habilidades do *homem capaz* às competências do jornalista, destaca-se a necessidade de o homem se posicionar quando diante de um contexto espaço-temporal. Além das duas competências já indicadas (identificar acontecimentos notáveis e hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro), é responsabilidade do jornalista tentar compreender a complexa sociedade que observa e narra. Para isso, o jornalista necessariamente deve perceber a diversidade que compõe essa sociedade. “Como ato social inerente ao sistema democrático, repousa no Jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade.” (LACO, 2014, p. 175). O *reconhecimento de si e do outro* é um predicado necessário ao jornalista, aqui considerado como um *sujeito capaz de reconhecer e narrar a alteridade*.

O jornalismo também contribui para a manutenção de tradições, rememorando o que ocorreu e evitando o apagamento, por exemplo, de hábitos, histórias e comunidades. Por outro lado, o jornalismo pode contribuir fortemente para romper tradições que estejam ultrapassadas, ao dar informações que permitam superar costumes e atos de violência ancorados em preconceitos e injustiças. A atividade jornalística possibilita que novas gerações – os *próximos* – revisem as diversidades da vida humana, considerando as premissas da ética e da justiça.

Salientando que uma das capacidades do homem é narrar, é preciso determinar quem fez o quê, movido por qual vontade, de que maneira, em que contexto e a fim de obter quais resultados. Esses questionamentos guiam a compreensão da inscrição de um sujeito diante de um contexto sociocultural, o que oferecerá recursos para que esse sujeito possa verificar e desvelar o universo que o rodeia.

Aqui, se destacam o ato enunciativo e a reflexividade de quem fala. Nisso, reside a constatação do homem como um ser que tem o poder básico de falar, que produz discursos e que, por meio das narrativas sobre si, é capaz de originar textos: “Se narra e nessas narrativas se *autorreconhece* e faz história, não apenas como sujeito de sua existência, mas como ser consciente da mesma a ponto de construir tradições, legar documentos e posteriormente organizá-los e interpretá-los produzindo ciência histórica.” (MARTINI, 2012, p. 3-4, grifo nosso).

Vale salientar a *potência do sujeito de fazer memória*, porque a permanência no tempo passa a ser um dos desafios dos acontecimentos sociais. O jornalista, portanto, é um *sujeito capaz de construir memória*. A inscrição dos acontecimentos no jornalismo – uma prática discursiva que envolve as etapas de observação, interpretação e narração – é um dos modos de produzir a tessitura de uma memória. Ao trazer a figura do jornalista como intérprete da realidade, Cornu (1994) destaca que o jornalista não tem acesso à totalidade da realidade presente, uma vez que a realidade é composta por inúmeras lacunas. A função do jornalista é tentar organizar esses fragmentos do real – segmentados em acontecimentos vividos, discursos, testemunhos e relatos –, a fim de providenciar uma leitura do mundo que observa.

Dois ideias se destacam: a pertinência da atualidade e o esforço hermenêutico. É fundamental lembrar que o “tempo jornalístico é um tempo social, propositor de condutas tidas como adequadas ao presente”. (BENETTI, 2010, p. 159). Ou seja, o jornalismo fala bem mais do que sobre o que aconteceu hoje ou ontem: o jornalismo fala sobre a contemporaneidade. O jornalismo fala sobre o presente estendido, sobre o que é contemporâneo. Nesse sentido, o jornalista vê-se imbuído do desejo de transformar os eventos sociais em narrativas, oferecendo um aspecto verossímil aos acontecimentos e dando origem a imagens de uma realidade coletiva apoiada nas demandas mnemônicas. Assim, o tempo jornalístico pode produzir a memória de seu tempo, do que diz respeito à sua época.

Nessa lógica, ao compreender a atualidade como um tecido textual (CORNU, 1994), o jornalista é tido como sujeito da interpretação, a fim de iniciar o círculo hermenêutico – observar os fatos, interpretá-los e narrá-los como relatos – e de vencer as distâncias considerando um contexto passado.

Ao ultrapassar essa distância, ao tornar-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho, ele quer torná-lo próprio, isto é fazê-lo seu; é pois o engrandecimento da própria compreensão de si mesmo que ele persegue através da compreensão do outro. (CORNU, 1994, p. 335).

Ricoeur (2014) elenca uma tríade que pode, facilmente, ser adaptada à narrativa jornalística. Ela consiste em *descrever*, *narrar* e *prescrever*. O relato a respeito da realidade é sempre aberto e pertence a um contínuo interpretar e reinterpretar. O jornalista tem de organizar os fatos, mas também estar disposto a perceber as transformações desencadeadas por ele a cada nova interpretação.

Esse processo eleva a posição do narrador, que, para construir uma intriga, deve observar e compreender o que se passa. Como já foi dito, nenhuma história pode ser contada em sua integridade, o que confere ao texto a tessitura de um mosaico de citações que devem ser negociadas no ato da leitura, considerando a pluralidade de sentidos possíveis e pertinentes.

Retomando a relação hermenêutica, é preciso olhar para a singularidade, no sentido de que “minhas lembranças não são as suas”. (RICOEUR, 2007, p. 107). Logo, tais lembranças não são passíveis de transferência para a memória de outro. Nesse caso, a memória é privada e detém todas as particularidades vivenciadas pelo sujeito. Indo além, a consciência estreita laços com o passado que reside nessa memória. Minhas lembranças não são as suas; eu sou minhas lembranças e configuro minha existência na espessura do tempo em que essas lembranças vivem em mim. Isso se aproxima da metáfora dos palácios de memória, a partir dos quais é possível arquivar, organizar e evocar lembranças que se quer fazer urgir, condicionando, ainda, o aspecto de *lugar íntimo*.

Halbwachs (2006) diz que, quando um sujeito se depara com a memória dos outros, o que encontra, primeiramente, são as lembranças triviais – compartilhadas e comuns, que ocorrem em lugares socialmente marcados – que mostram que jamais os sujeitos estiveram sós. É especialmente com base nas representações coletivas que se busca compreender o mundo. Para isso, os fenômenos mnemônicos devem estar relacionados às práticas sociais – entre as quais se destaca o jornalismo –, considerando, ainda, que as lembranças se orientam a partir de seus sentidos, assim como a narrativa é tida como um lugar de articulação de suas pluralidades, singularidades, diferenciações e continuidades.

O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos em uma unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 140).

É importante compreender os agenciamentos da memória por parte das narrativas jornalísticas, uma vez que o jornalismo atua na construção do presente e no relato de heranças passadas, a fim de que a sociedade compreenda a si na tessitura de sua história. O jornalismo é uma instituição que “conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução

discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas”. (FRANCISCATO, 2005, p. 167).

Pode-se afirmar que a potencialidade de *reconstrução discursiva do mundo* é um predicado necessário ao jornalista, aqui considerado um *sujeito capaz de narrar e de interpretar os acontecimentos, de evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e de inscrever o homem em seu tempo*.

4 Jornalismo e memória

Pelo fato de o seu produto ser um documento público (PARK, 2008), o jornalismo rompe com as esferas individual e privada, onde, geralmente, são gestados seus hábitos de leitura, e circula pela sociedade que, ao mesmo tempo, o consome e o abastece. É no âmbito público que reside o compromisso do jornalismo, que tem como função primeira informar o presente social (GOMIS, 1991; FRANCISCATO, 2005). Entende-se por *presente social* o mundo concreto, conflituoso e assimétrico em que a humanidade vive. Ao oferecer ao leitor informações que lhe permitam entender o funcionamento das diversas sociedades, o jornalismo contribui para formar cidadãos que, munidos de dados, podem, efetivamente, atuar nos regimes democráticos. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16).

A narrativa jornalística, que diz respeito ao *como relatar*, também está subordinada às finalidades do jornalismo e, por isso, necessariamente, está condicionada aos processos que permitem mostrar e autenticar a informação. O principal procedimento de validação é a verificação dos fatos, que inclui a rememoração de testemunhas e a busca de documentos e outras provas. O discurso das testemunhas, que traz à tona uma memória pessoal, pode também se conectar à memória coletiva e ganhar legitimidade a partir de marcadores de autoridade diversos.

Alguém poderia perguntar se, em um processo como o jornalístico, que habitualmente privilegia o urgente, o singular e o instantâneo, a questão mnemônica não seria dispensável? Pensamos que não, se os acontecimentos forem tomados, em um primeiro momento, como pontos de referência do tempo, considerando a dinâmica entre o passado e o futuro. Apesar de sua articulação cronológica (ontem, hoje e amanhã) aparentemente simples, os eventos passam a se imbricar de modo complexo na narrativa jornalística.

Para compreender de que forma a prática jornalística mantém vivo o passado em seus textos, é interessante retomar a tríade do presente absoluto.

No “tempo presente das coisas passadas”, a partir de uma compreensão histórica, tem-se o jornalismo explorando e retomando o que já ocorreu. No “presente das coisas presentes”, o fato é desvelado e inscrito como acontecimento em processo, aquilo que acontece agora e pode acontecer a todo momento. O “presente das coisas futuras” visa antecipar acontecimentos, o que permite fazer previsões e delinear prováveis cenários.

Sabe-se que a rememoração não ocorre sozinha, pois depende de uma mediação, e esse é o papel do jornalista – desde que dotado das potencialidades já apresentadas. Tal atividade permite evidenciar três ações em relação à memória: a gravação, o armazenamento e a recuperação. (ZELIZER, 2014). É no resgate de fatos históricos, de datas, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes e de festas a celebrar, que a narrativa orienta o agenciamento das memórias em reportagens e notícias.

Nesse sentido, os discursos que permeiam os produtos jornalísticos têm um compromisso com a memória transgeracional, o que retoma a relação com os *próximos*:

Trata-se de uma experiência forte, que contribui para ampliar o círculo dos próximos, abrindo-o em direção a um passado que, ao mesmo tempo que pertence àqueles de nossos ancestrais ainda em vida, nos põe em comunicação com as experiências de uma outra geração que não a nossa. A noção de geração, que é aqui a chave, oferece o duplo sentido da contemporaneidade de uma mesma geração, à qual pertencem, conjuntamente, seres de idades diferentes, e a da sequência das gerações, no sentido da substituição de uma geração por outra. (RICOEUR, 2007, p. 405-406).

Nota-se o retorno da questão dos sujeitos de atribuição de lembrança (*eu, outro e próximos*), a fim de destacar a inquietude da recordação ante ao esquecimento. Seja de modo comparativo, nostálgico, seja para promover analogias, a memória evocada em textos jornalísticos colabora para evidenciar diferenças, reforçar novas verdades sociais e reivindicar tradições. Pode-se dizer, assim, que a memória é um fenômeno sempre atual. O jornalismo se constitui como um agente das memórias culturais e coletivas, às vezes com intenção comemorativa, que dizem respeito aos calendários e às tradições e, às vezes, com intenção questionadora. Os costumes se mantêm enquanto encontram razoáveis condições de existência, e, certamente, é dever do jornalismo evidenciar as transformações sociais que paulatinamente levam à extinção dessas

condições de existência. Como lembra Cornu (1994, p. 327), ao criticar o polêmico *ideal* de neutralidade do jornalismo, “a própria realidade é brutal, excessiva, conflitual”. Se uma tradição reproduz uma injustiça, como pode o jornalismo manter-se neutro diante da brutalidade dessa própria realidade?

O jornalismo reconstrói os eventos relativos ao homem e é reconhecido socialmente como uma prática autorizada a narrar a realidade. O *homem capaz* do jornalismo, que desenvolvemos neste artigo, é sujeito central na produção do discurso jornalístico. Ele é o sujeito que enuncia e o faz a partir de uma lógica discursiva que o antecede como sujeito potencial. É importante compreender que o jornalista está posicionado para enunciar instado pelas regras dessa lógica, as quais instituem o jornalismo como um gênero discursivo. (BENETTI, 2008). O jornalismo é mediado por sua missão pública e está em busca, especialmente, das contradições e das ranhuras, porque são elas que mostram, por contraste, o que seria socialmente aceitável em determinada época. A função do jornalismo retorna ao início deste artigo: evidenciando a relação com o tempo. Ao relatar o que o homem pensa, diz, faz e deseja em seu tempo, o jornalismo constrói para si um lugar de memória e de poder.

5 Considerações finais

Buscamos, ao longo deste artigo, discutir como o jornalismo usa a memória em suas práticas narrativas. Para isso, consideramos o papel do jornalista na construção da memória, a partir do conceito de *homem capaz*, que problematiza o sujeito por meio de suas ações e de sua ética. Ao tratar da realidade social, o jornalista produz discursos que, provavelmente, serão tomados como verdade sobre aquele tempo social narrado. Esses discursos, evocados em um momento posterior, são tidos como pontos de referência temporal, o que contribui para a rememoração dos acontecimentos sociais.

Para exercer o seu papel, porém, o jornalista deve desenvolver as potencialidades do *homem capaz* – falar, agir, narrar, imputar responsabilidade e reconhecer a si e ao outro – e aproximá-las de suas habilidades, tornando-se um *homem capaz do jornalismo*.

Como explorador do passado, o jornalista tem a *potencialidade de buscar*, ou seja, de identificar, em meio à complexa rede de lembranças sociais e individuais, um ponto de partida para a recordação. Isso o define como um *sujeito capaz de identificar acontecimentos notáveis*. Para evitar o esquecimento do que ocorre na sociedade, o jornalista constrói arquivos e organiza as informações que estarão disponíveis no futuro. Assim, a *potencialidade de arquitetar a informação* eleva o jornalista à posição de

sujeito capaz de hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro. Além disso, ao perceber a pluralidade social, o jornalista reconhece a si e ao outro, em suas semelhanças e diferenças, e se constitui como um *sujeito capaz de reconhecer e narrar a alteridade.*

Outra potência do jornalista é a de *fazer memória*, ao considerar a efemeridade dos acontecimentos sociais no tempo. A inscrição dos acontecimentos no jornalismo é um dos modos de produzir a tessitura da memória, e o jornalista é um *sujeito capaz de construir memória.* Os agenciamentos mnemônicos, nas narrativas jornalísticas, colaboram para que a sociedade compreenda a si mesma na composição de sua história. Assim, a *potencialidade de reconstrução discursiva do mundo* é um predicado necessário ao jornalista, tido como um *sujeito capaz de narrar e de interpretar os acontecimentos, de evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e de inscrever o homem em seu tempo.*

Está claro que nem todo jornalista desenvolve essas potências. Para se transformar em um *homem capaz do jornalismo*, é preciso estar comprometido com o interesse público, com a justiça e com o bem social. É necessário compreender a finalidade pública do jornalismo e seu compromisso com a diversidade de vozes sociais. Em nossa visão, o *homem capaz do jornalismo* é um sujeito que deve estar apto a: 1) identificar acontecimentos notáveis; 2) reconhecer e narrar a alteridade; 3) narrar e interpretar os acontecimentos, evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e inscrever o homem em seu tempo; 4) hierarquizar, organizar e disponibilizar informações para o futuro, e 5) construir memória.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *Contracampo*, Niterói: UFF, 2005, n. 12.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, São Paulo: PUCSP, 2008, n. 15.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. *Eptic*, Aracaju: UFS, v. 24, 2012.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente*. Aracaju: Ed. da UFS, 2005.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo: como se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. Panorama da pesquisa em Comunicação no Brasil. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). *Mídia, imagem e cultura*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- KARAM, Francisco José Castilhos. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (Org.). *História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Contraponto, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto, 2004.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do “outro” no jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, Brasília: SBPJor, 2014, v. 2, n. 2.

MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. Buscando em Ricoeur indícios de uma antropologia, implicações pedagógicas. In: ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul, 2012.

MATHEUS, Leticia; SACRAMENTO, Igor (Org.). *História da comunicação: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo *online*: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). *Modelos do jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003.

PALACIOS, Marcos. Memória: jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2008, v. 2.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 3-15, 1989.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Galáxia*, n. 18. São Paulo, p. 31-43, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva Carlos (Org.). *Comunicação e história: partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. *História da televisão brasileira*. São Paulo: Contexto, 2010.

RICOEUR, Paul. Ética e moral. In: _____. *Leituras 1: em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 161-173.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. T. III.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RICOEUR apud CORNU, 1994, p. 335.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SANTO AGOSTINHO. *O homem e o tempo*. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.

WAINBERG, Jacques. *Império das palavras*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio-d'Água, 2000, n. 27.

ZELIZER, Barbie. Memory as foreground, journalism as background. In: ZELIZER, Barbie; TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (Org.). *Journalism and memory*. London: Palgrave MacMillan, 2014.

WEINBLATT, Keren (Org.). *Journalism and memory*. London: Palgrave MacMillan, 2014.